

Nota Técnica

Atualizado em 16/02/2018

Convênio nº 025/2013

SEPLAG x Santa Cruz do Capibaribe

Construção da cobertura e do piso da feira livre de confecções denominada "Calçadão".

A prefeitura de Santa Cruz do Capibaribe firmou com a SEPLAG o convênio nº 025/2013, iniciado em 13/09/2013 e vigência até 13/04/2015, considerando aditivos, cujo objeto é Construção da cobertura e do piso da feira livre de confecções denominada "Calçadão" do município de Santa Cruz do Capibaribe.

De acordo com quadro abaixo, o valor total dos repasses previstos foram efetuados, e o município encontra-se em fase de prestação de contas final.

VALOR TOTAL	CONTRAPARTIDA PROPONENTE	VALOR CONCEDENTE	VALOR JÁ REPASSADO PELO CONCEDENTE	SALDO A REPASSAR
R\$ 14.136.069,19	R\$ 837.920,00	R\$ 13.298.149,19	R\$ 13.298.149,19	R\$ 0,00

QUADRO 1: RESUMO FINANCEIRO

Houve atraso na entrega da prestação de contas final por parte do município, e existem ainda pendências a serem atendidas, tendo sido o último relatório enviado no dia 15/01/18. Até o momento, não houve entrega das exigências solicitadas.

De acordo com a cláusula sexta do Termo de Convênio, além de propor plano de trabalho, planilha orçamentária e métodos construtivos, cabe ao município “prover a infraestrutura necessária e adequada ao regular desenvolvimento dos trabalhos, mormente ao espaço físico, equipamentos, máquinas e implementos, insumos e demais recursos técnicos e administrativos, previstos no Plano de Trabalho”.

A mesma cláusula também prevê a responsabilização do município por quaisquer danos pessoais ou materiais que porventura venham a ser causados, dolosa ou culposamente por seus servidores e/ou empregados ou prepostos ao outro partícipe ou a terceiros, em decorrência do desenvolvimento das atividades inerentes à execução deste Convênio;

Para fins de fiscalização do concedente, em dezembro/2017, foi realizada vistoria técnica *in loco* com a finalidade de verificar se a execução das atividades estão em observância ao que está contido no

cronograma de execução e boletins de medição. Contudo, foram identificadas pela equipe de engenharia diversas inconsistências na análise das planilhas e dos boletins de medição, bem como na própria execução da obra. De acordo com a análise realizada, foi identificado um saldo de aproximadamente R\$ 1,7 milhão que deverá ser devolvido caso o município não justifique adequadamente sua utilização em conformidade com o plano de trabalho.